

LASA 2019 . Nuestra América: Justice and Inclusion
XXXVII Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos
Panel: Arquitetura e arquivos: uma relação caleidoscópica

Preparado para entrega no Congresso de 2019 da Associação de Estudos Latino Americanos, Boston,
EUA, 24 – 27 de maio de 2019

O EDIFÍCIO JORGE MACHADO MOREIRA COMO “LUGAR DE MEMÓRIA”

Priscilla Alves Peixoto

(Departamento de História e Teoria da
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade Federal do Rio de Janeiro /
History and Theory Department - School of
Architectural and Urbanism – Federal
University of Rio de Janeiro – Brazil)

O edifício Jorge Machado Moreira foi projetado pelo arquiteto que hoje lhe dá nome. Inicialmente, desenhado para abrigar a Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil, atual FAU-UFRJ, hoje comporta também a Escola de Belas Artes (EBA) e a reitoria.

Em 2016, um incêndio atingiu o seu 8º andar, propagou-se para o pavimento inferior e conseguiu ser controlado antes que atingisse o Museu D. João VI (MDJVI) e a Biblioteca de Obras Raras da EBA. Duas coleções que remontam ao século XIX, à construção da primeira academia de artes do país, um dos berços do ensino de arquitetura nas Américas.

No andar térreo, o Núcleo de Pesquisa e Documentação (NPD-FAU-UFRJ) também escapou do fogo. Nele, estão salvaguardados documentos institucionais da faculdade de arquitetura como curso autônomo e coleções de arquitetos modernos.

Entre o MDJVI e o NPD, entre o sexto e o primeiro pavimento, multiplicam-se ainda ações de coleta e salvaguarda realizadas por inúmeros cursos de graduação e pós-graduação. A esta já complexa rede de arquivos, se misturam: a memória imbricada nas experiências e afetos dos indivíduos que ali praticam arquitetura e também o próprio edifício que, enquanto gesto, instaura uma narrativa sobre o tempo, o território, os corpos e a instituição.

Assim, partimos desta série de imagens do edifício Jorge Machado Moreira para pensar um edifício como um arquivo. Construiremos esta hipótese aproximando-nos dos sentidos atribuídos por Ricoeur aos “arquivos” em seu livro *“La mémoire, l’histoire et l’oublié”* (2000). Para sustentar a necessidade de se

empreender uma pesquisa nesta direção, faremos um pequeno panorama das pesquisas que tem se dedicado a explorar conjuntamente “arquivos e arquitetura”. Na sequência, buscando trazer insumos teórico-metodológicos para se desenvolver pesquisas nesta direção, dedicar-nos-emos especialmente a leitura do texto de Françoise Choay, “*Le De re aedificatoria et l’institutionalisation de la société*” (2006). Por fim, voltando ao nosso ponto de partida, buscaremos levantar algumas questões que essa abordagem poderia pautar para se realizar uma pesquisa sobre a edificação.

Da paisagem cotidiana a uma reflexão sobre a edificação como arquivo

Nas imagens da antiga Faculdade Nacional de Arquitetura, que hoje estão guardadas no acervo de seu autor, o arquiteto Jorge Machado Moreira, no Núcleo de Pesquisa e Documentação (NPD-FAU-UFRJ), tem-se a miragem de um tempo que se prova distante. Dos planos translúcidos das esquadrias, dos planos de pedra dos pisos, às massas brancas de tetos, colunas e alvenarias tudo ali demonstra uma vicissitude jovial. Nenhum desbotado, nenhuma peça quebrada ou espoliada, nenhuma acomodação, avaria ou sujeira. Todos os elementos da edificação parecem divertir os transeuntes de forma comedida, porém precisa, com seus jogos de composição, limites, luz, sombra e texturas trabalhados e equilibrados a exaustão.



O edifício Jorge Machado Moreira na época de sua inauguração.
Fonte: CZAJKOWSKI, J. Jorge Machado Moreira. Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo - CAU, 1999.

Mais de sessenta anos depois de elaborado o projeto, nos mesmos espaços da edificação, estudantes, professores e visitantes podem contemplar os mesmos elementos. Contudo, a passagem do tempo se faz presente nos mais diminutos detalhes. Como uma obra que se arruína, aqui cada peça desse quebra-cabeça parece dizer: “Sobrevivi à fúria do tempo. Ainda resisto”. Da poeira que se acumula nos cantos, aos gestos mais contundentes como as marcas do fogo, das inundações, do recalque do solo e da depredação tudo agora informa: “o tempo passou por aqui”.



O edifício Jorge Machado Moreira em 2017.
Fonte: RACCA, Gustavo. [sem título]. Rio de Janeiro, 2017.
Foto gentilmente cedida pelo fotógrafo para ilustrar o presente artigo.

No entanto, enquadrados os mesmos ângulos, o que parece resistir não é tanto a matéria, mas sim o gesto propositivo. Afinal, apesar das intempéries, ainda se resguarda um todo mais ou menos reconhecível como unidade, se reconhece uma lógica da concepção.

É diante desta possibilidade de interpretação que sugerimos que um edifício como o Jorge Machado Moreira poderia ser pensado como um arquivo. Pois, como apresentou Ricoeur em seu “*La mémoire, l’histoire et l’oublié*” (2000):

O arquivo apresenta-se assim como um lugar físico que abriga o destino dessa espécie de rastro que cuidadosamente distinguimos do rastro cerebral e do rastro afetivo, a saber, o rastro documental. Mas o arquivo não é apenas um lugar físico, espacial, é também um lugar social. É sob esse ângulo, que Michel de Certeau trata dele no primeiro dos três painéis sobre o que, antes de mim, ele denominou operação historiográfica. (RICOEUR: 2017, p.177).

Partindo destes contornos traçados por Ricoeur, podemos construir alguns paralelos. Tal como o arquivo, a edificação que tomamos como ponto de partida também resguarda um “rastro documental”. Um lugar ao mesmo tempo físico e socialmente constituído em que se tem depositados insumos para que, no presente e instigados por seus próprios problemas, indivíduos possam “interrogar o passado” (PEREIRA, 2003). Ou seja, possam realizar o que Certeau chamou de “operação historiográfica” ou, como que dizemos de maneira mais corriqueira, fazer história.

No entanto, um breve levantamento sobre a relação “arquivos e arquitetura” nos mostra que as pesquisas que se aglutinam sobre o tema não caminham exatamente nesta direção. De maneira esquemática, podemos dizer que os trabalhos sobre “arquivos e arquitetura” se reúnem em torno de três grupos de estudos: (1) Aqueles ligados às questões patrimoniais e que tratam, em seu bojo, de questões correlatas tais como memória, valor e significação cultural; (2) Existem também uma série trabalhos mais ligados a questões arquivísticas e que trazem consigo uma preocupação mais técnica em relação a documentação e a salvaguarda dos vestígios de projetos e obras e, por fim, (3) observa-se um conjunto mais recentes e menos numeroso que se detém a problematização dos acervos na construção de narrativas históricas.

Estes três grupos esquemáticos possuem fronteiras mais fluidas do que uma verdadeira repartição de campos. Sinalizam apenas tônicas em uma série de trabalhos apresentados em fóruns cada vez mais especializados como, por exemplo, o ICOMOS ou os DOCOMOMOs. Espaços que vêm se multiplicando nos últimos cinquenta anos e que buscam debater publicamente as perspectivas e os desafios do patrimônio arquitetônico na contemporaneidade. Bem como, contribuir para a disseminação de práticas e recomendações transnacionais.

Contudo, não se encontram em iguais proporções fóruns de debate que, partindo da longa tradição de autores que se dedicaram a noção de “arquitetura falante” (ARGAN, 1998; STAROBINSKY, 1988; CHOAY, 1992), por exemplo, tomaram partido do gênero de mensagem que o discurso arquitetônico comunica às gerações futuras. Tampouco se encontra um número significativo de trabalhos que se detiveram a problematizar não tanto os objetos, mas sim os modos de se selecionar e narrar experiências para às gerações futuras.

Ou ainda, lugares em que se coloque a tônica nos jogos de forças que incidem na definição de contornos do que é entendido como comum ou que busque definir quem vive sob o enunciado do pronome “nós”. O quê, em última instância, está na base dos problemas patrimoniais e, para nosso caso, nos ajudaria a

delinear um corpus específico sobre a edificação como um lugar ao mesmo tempo físico e socialmente constituindo onde indivíduos podem interrogar o passado.

Uma investigação neste sentido, que problematizasse este “nós” que edifica, ou ainda, que enfocasse a relação estabelecida entre o ato de construir e os sentidos atribuídos por aqueles que o praticam, parecem necessitar uma abordagem antropológica.

Pesquisas que trilharam estas possibilidades são, de fato, raras. Em investigações que se dedicaram a uma espécie de antropologia do patrimônio e da arquitetura – onde estas podem até ser entendidas como a mesma – um nome que se mantém quase que solitariamente é o de Françoise Choay.

Françoise Choay e uma “antropologia do espaço”

A ideia de se trabalhar com uma abordagem interpretativa das culturas patrimoniais tem uma longa e lenta trajetória nas pesquisas empreendidas por Françoise Choay. Remontam aos seus artigos para periódicos nas décadas de 1950 e 1960, mas que se consolidam, sobretudo, com seus estudos sobre o tratado de Alberti, *De re aedificatoria* (1452), ao longo da década de 1970. São resultados importantes deste processo uma série de textos e livros em que se destacam “Semiologie et urbanisme” (1972), “La règle et le modèle. Sur la théorie de l’architecture et de l’urbanisme” (1980) e “L’allégorie du patrimoine” (1992).

No entanto, a explicitação e a definição de contornos de uma abordagem especificamente intitulada por ela como “antropologia do espaço” ocorrem com a aparição do artigo “Le *De re aedificatoria* et l’institutionnalisation de la société”. Apresentado no colóquio internacional “Alberti, humaniste et architecte” (2004), em Paris, este trabalho foi publicado tanto nos anais do encontro (2006), quanto em uma coletânea da própria autora cujo título é justamente “Pour une anthropologie de l’espace” (2006).

Como em “La règle et le modèle. [...]” (1980), “Le *De re aedificatoria* et l’institutionnalisation de la société” (2006) parte da interpretação de *De re aedificatoria*. Contudo, agora restringe-a a três questões: (1) o título da obra de Alberti; (2) o domínio do ato de edificar; (3) e os princípios que este ato opera.

Para tratar da primeira delas, Choay busca dar a ver o caráter inaugural do trabalho escrito por Alberti. Para justificar essa sua hipótese, compara a proposta do primeiro tratado de arquitetura – *De architectura* de Vitruvio – com aquela escrita pelo autor do *Quattrocento*. Em sua análise, demonstra que, já no título, ao deslocá-lo de “sobre a arquitetura” para “a questão do edificar”, Alberti opera uma mudança epistemológica. Deixa de colocar o foco no objeto edificado e passa a se interrogar “sobre a natureza de uma atividade criadora” (CHOAY, 2006, p.383). Inaugura, portanto, um novo domínio para os tratados

de arquitetura, o domínio da lógica. Lugar onde o edificar passa a ser visto como uma atitude mental que deseja, imagina e transforma.

Neste processo, distanciando-se dos problemas do âmbito da escala ou de atribuição profissional e retomando questões que já havia abordado em seu livro “La règle et le modèle. [...]” (1980), Choay assinala ainda uma segunda operação: aproxima o ato de edificar em *De re aedificatoria* daquele que ela e seus contemporâneos deram à noção de “discurso”. Nesta aproximação semântica, evidencia como ambos podem ser percebidos como mecanismos que, em um só tempo, presentificam, analisam e projetam o mundo.

É justamente o aprofundamento desta propriedade discursiva do edificar que Choay propõe a possibilidade de se compreender, por sua vez, o edifício ou a edificação como um diálogo. É ela que escreve:

Non há edificação, nem edifício sem diálogo com aqueles para quem se constrói, indivíduos singulares, comunidades formadas por membros da família ou membros da res publica. Menos ainda sem diálogo com os especialistas da disciplina – aqueles a quem Alberti chama de experts (periti) – e com os trabalhadores. O arquiteto só pode legitimamente edificar se primeiro é chamado pela palavra-viva. Ou seja, [se for interpelado pela] demanda daquele ou daqueles que o solicitam [...]. Em seguida, é necessário que seu projeto seja, particularmente pela meditação de maquetes, submetido à observação, comentários e críticas de seus destinatários e dos especialistas. Na sequência, explicado aos trabalhadores. Em fim, uma vez que a obra tenha sido construída e completada, [é necessário] ser aprovada e louvada (laus) pelos mesmos interlocutores. [Assim, podendo] fundamentar sua legitimidade (CHOAY, 2006, p.386-387)¹.

No entanto, mais adiante, Choay observa que este diálogo não se estabelece apenas entre indivíduos. Ao apresentar a terceira questão a ser abordada em sua análise de *De re aedificatoria* – os princípios que regem o edificar –, demonstra como o corpo do arquiteto exerce uma mediação entre indivíduos, culturas e a materialidade das coisas. Uma operação que, ao mesmo tempo que organiza o mundo natural a partir da medida humana, traz para a escala do indivíduo movimentos mais amplos e complexos da sociedade e, até mesmo, do campo do conhecimento.

Assim, ao “(1) escolher uma região onde situar seu projeto; (2) se estabelecer em [...] uma porção de solo; (3) [...] organizar o futuro edifício em um plano em função da demanda dos humanos e da diversidade [...]; (4) levantar paredes; (5) cobrir; (6) vazar as aberturas para acomodar estes seres vivos”

¹ Tradução nossa para : “il n’est d’édification ni d’édifice sans dialogue avec ceux pour qui on édifie, individus singuliers ou communautés constituées par les membres de la famille ou les membres de la res publica ; ni non plus sans dialogue avec les spécialistes de la discipline, ceux qu’Alberti appelle les experts (periti), et avec les ouvriers. L’architecte ne peut légitimement édifier que s’il est d’abord interpellé par la parole vive, c’est-à-dire la demande, de celui ou de ceux qui le sollicitent à cet effet ; ensuite, il faut que son projet soit, en particulier par la méditation de maquettes, soumis aux observations, remarques et critiques de ses destinataires et des experts ; puis, il doit être expliqué aux ouvriers ; enfin, une fois l’oeuvre construite et achevée être consacrées par l’approbation et la louage (laus) des mêmes locuteurs, qui fondent sa légitimité”.

(CHOAY, 2006, p.388)², os arquitetos³ instauram um discurso sobre tudo aquilo que os cerca. Estabelecem, portanto, um diálogo com lugares físicos e sociais, como os arquivos definidos por Ricoeur.

Do edificar como epistemologia à capacidade de desejar como construtora da vida coletiva

Para uma leitora de Panofsky, pode-se reconhecer na estrutura desta reflexão, práticas semelhantes às análises de nível iconográfico e iconológico enunciadas pelo historiador da arte. Pois, em sua interpretação da obra de Alberti, Choay parte da análise factual e simbólica de um texto sobre a questão do edificar para, em seguida, interpretar a estrutura do sistema do qual faz parte.

Da mesma forma, pode-se observar uma autora que há tempos dialoga com a obra de Lévi-Strauss e, portanto, busca dar a ver em *De re aedificatoria* um sistema que entrelaça comportamentos e o processo de significação do mundo. Ou seja, visa interpretar os mecanismos dos modos de pensar.

Assim, longe de tomar suas leituras como modelos, Choay parece construir como elas uma abordagem específica. Uma abordagem em que o próprio texto de Alberti vem somar e que pode ser alçado a um discurso sobre o método⁴, uma “antropologia do espaço”. Para Choay, ele, como Panofsky e Lévi-Strauss, também cria meios para que sejam estabelecidas relações entre parte e todo, entre práticas e cultura, entre saberes e campo do conhecimento.

Contudo, não são apenas os diálogos com estes dois autores – de marcado assento estruturalista, vale lembrar – que contribuem para a leitura que Choay faz de *De re aedificatoria*. Deve-se sublinhar aqui o quanto sua abordagem também estabelece relações com os trabalhos de Michel de Certeau.

Citado logo no começo do texto, Choay parte de sua noção de “operação historiográfica” para sustentar a necessidade de se construir novas questões e pautas para o tratado de Alberti. Michel de Certeau é trazido à tona, portanto, para justificar a leitura deste texto já fartamente estudado mais de cinco séculos depois de escrito. Uma vez que, ao desenvolver essa noção, demonstrou o estado provisório que uma

² Tradução nossa para : “edifier, c’est nécessairement: (1) choisir une région où situer son projet ; (2) s’établir sur une aire, c’est-à-dire sur une portion de sol ; (3) partitionner, autrement dit, divisionner ou organiser par un plan l’édifice à venir en fonction de la demande des humains et de la diversité essentielle à leur nature de vivants ; (4) élever des murs ; (5) étendre des toits ; (6) percer des ouvertures afin d’accommoder ces vivants”.

³ Choay sinaliza como o ato de edificar “abraça indistintamente todos os modos de investimento tridimensional do espaço, qualquer que seja a escala. Diz respeito ao edificar uma habitação, construir uma cidade ou planejar um campo” (CHOAY, 2006, p.383). Nesta direção, apresenta ainda como este ato não é um atributo profissional, mas sim uma só e mesma atividade de trabalho que está presente nas práticas de “arquitetos, engenheiros e planejadores (urbanistas), assumido [...] sobre um só e mesmo vocábulo, architectus” (CHOAY, 2006, p.383-384).

⁴ Ao longo de seu texto, Choay faz mesmo uma referência ao livro de Descartes para falar do tratado de Alberti.

interpretação possui, ela está submetida a um lugar, a um método e a uma estrutura narrativa específica (CERTEAU, 1974; 1975).

No entanto, as contribuições de Certeau ao texto também podem ser lidas para além daquilo que é objetivamente citado. Trabalhos que se dedicaram aos diálogos e a amizade entre os dois autores (DOSSE, 2007), nos permitem notar o quanto Certeau contribui para que Choay abordasse a arquitetura como uma prática culturalmente situada.

No livro “Michel de Certeau. Le marcheur blessé” (DOSSE, 2007), uma biografia do historiador jesuíta, François Dosse constrói um cenário de uma vigorosa troca intelectual entre os dois amigos durante os anos 1970-80. Enfatiza, sobretudo, o quanto debateram juntos a elaboração de “La règle et le modèle. Sur la théorie de l’architecture et de l’urbanisme” (CHOAY, 1980) e “A invenção do cotidiano” (CERTEAU, 1980).

Como já mencionado, muito das questões abordadas no livro “La règle et le modèle. Sur la théorie de l’architecture et de l’urbanisme” (1980) estão presentes no texto que discutimos aqui, “Le *De re aedificatoria* et l’institutionnalisation de la société” (2006). No entanto, é importante agora que recuperemos ainda o título inicial da Thèse d’Etat defendida por Choay e que deu origem ao livro. Trata-se “La cité du désir et la ville modèle. Essai sur l’instauration textuelle de la ville” (1978).

Observando cuidadosamente a mudança da primeira parte de cada um dos dois títulos – a alteração de “a cidade do desejo e a cidade modelo” para a “a regra e o modelo” – pode-se perceber o quanto que, em sua interpretação inicial, Choay estava interessada em sublinhar a potência que o ato de edificar enquanto capacidade de um indivíduo de aspirar ao futuro tem de comunicar. Portanto, de estabelecer relação com um comum que é a cidade.

É importante que se diga que este desejar e aspirar ao futuro não são vistos aqui como atos de autoridade, que se sobrepõe às vontades de seus contemporâneos e concidadãos. Ao contrário disto e como pudemos notar na leitura que Choay fez de *De re aedificatoria*, este desejo é visto como um espaço de mediação, diálogo e interpretação de indivíduos, culturas e da materialidade das coisas.

Voltando a Certeau e a relação que Choay estabelece com sua obra, podemos pensar, portanto, o quanto o autor de “a invenção do cotidiano” (1980) contribuiu para que Choay pudesse pensar como o desejo de edificar, praticado no dia-a-dia, constrói a vida coletiva.

De volta a FAU-UFRJ

De volta ao edifício Jorge Machado Moreira, como a abordagem proposta por Choay poderia nos ajudar a uma problematização dos arquivos de arquitetura, de um modo geral, de o edifício como um acervo, de modo particular?

Como buscamos demonstrar, a proposta de uma “antropologia do espaço” apresentada por Choay nos oferece algumas possibilidades. A partir da leitura de “*Le De re aedificatoria et l’institutionalisation de la société*” (2006), pudemos pensar o ato de edificar como um discurso e, por conseguinte, interpretar um de seus produtos, o edifício, como um diálogo entre indivíduos, culturas e a materialidade do mundo. Em seguida, pudemos pensar ainda o quanto um edifício, ao ser desejado por um arquiteto, afirma e desloca a cultura arquitetônica da qual faz parte.

Ao aproximar esse entendimento do ato de edificar e do edifício da noção de arquivo estabelecida por Ricoeur – um lugar ao mesmo tempo físico e socialmente constituído em que se tem depositados insumos para que, no presente e instigados por seus próprios problemas, indivíduos possam interrogar o passado – pode-se pensar uma série de desdobramentos que ampliam o espectro das impressões centradas no mundo sensível com que começamos o presente artigo.

Sem querer esgotar o assunto, pode-se desenhar, por fim, uma pauta onde, por exemplo, seja possível se interrogar sobre:

Quais elementos compõe o diálogo estabelecido por Moreira no edifício que leva seu nome? Que relações estes elementos participam ou não da cultura arquitetônica do qual Moreira faz parte? O que eles afirmam, o que deslocam, o que inventam? Com quem ou que este diálogo estabelece relações? O que deseja Moreira ao projetar uma escola da arquitetura? Quais desses diálogos ainda se comunicam por seus vestígios e quais falam por seu mutismo? Onde identificamos estas notas de som e de pausa?

Bibliografia

- ARGAN, G. História da Arte como História da Cidade (1983). Martins fontes, 1998.
- CERTEAU, M. A escrita da História (1975). Rio de Janeiro: Forense, 2011.
- CERTEAU, M. L'écriture de l'histoire. Paris: Gallimard, 1975.
- CERTEAU, M. L'invention du quotidien I. Arts de faire. Paris: Gallimard, 1980.
- CERTEAU, M. L'opération historique. In: LE GOFF, J.; NORA, P. Faire de l'histoire. Paris: Gallimard, 1974.
- CHOAY, F. La cité du désir et la ville modèle: essai sur l'instauration textuelle de la ville. (Tese de Estado de Doutorado em Filosofia). Université de Paris X - Nanterre. Nanterre. 1978.
- CHOAY, F. La règle et le modèle. Sur la théorie de l'architecture et de l'urbanisme. Paris: Seuil, 1980.
- CHOAY, F. L'Allégorie du patrimoine. Paris : Éd. du Seuil, 1992.
- CHOAY, F. Le *De re aedificatoria* et l'institutionnalisation de la société"
- CHOAY, F. Pour une anthropologie de l'espace. Paris: Le Seuil, 2006.
- CHOAY, F. Sémiologie et urbanisme. In: CHOAY, F., et al. Le Sens de la ville. Paris: Le Seuil, 1972. p. 11-30.
- CZAJKOWSKI, J. Jorge Machado Moreira. Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo - CAU, 1999.
- DOSSE, F. Michel de Certeau: le marcheur blessé (2002). Paris: La Découverte, 2007.
- JARDIM, P. Por uma "nova arquitetura" no Brasil : Jorge Machado Moreira (1904-1992). Rio de Janeiro: PROARQ-UFRJ, 2001.
- LÉVI-STRAUSS, C. Antropologia estrutural. São Paulo: Cosac Naify, 2008.
- LÉVI-STRAUSS, C. As estruturas elementares do parentesco" (1949). Petrópolis: Vozes, 1982.
- LÉVI-STRAUSS, C. Tristes Trópicos (1955). São Paulo: Cia das Letras, 1992.
- MAGALHÃES, M. Universidade e cidade : uma trajetória. Rio de Janeiro: PROURB-UFRJ, 2005.
- PANOFSKY, E. Architecture gothique et pensée scolastique (trad. et postface de P. Bourdieu). Paris: Minuit, 1967.
- PANOFSKY, E. Essais d'iconologie. Paris: Gallimard, 1967.
- PANOFSKY, E. Significado nas artes visuais. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- PEREIRA, M. A arte de interrogar o passado: perfis da historiografia sobre o Rio de Janeiro – temas e problemas (1978-1992). In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR: ENCRU-ZILHADAS DO PLANEJAMENTO – REPENSANDO TEORIAS E PRÁTICAS, 10., 2003, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte, 2003.

PEREIRA, M. Inocência e Reflexividade: ou Notas Sobre as Construções Narrativas da História da Arquitetura e do Urbanismo. In: JACQUES, Paola Berenstein; BRITTO, Fabiana Dultra (Org.). Experiências metodológicas para compreensão da complexidade da cidade contemporânea IV. Memória, Narração e História. Salvador: Edufba, 2015. p.22. Disponível em: <http://www.laboratoriourbano.ufba.br/pronem/ColecaoTomoIV.pdf>

RICOEUR, P. A memória, a história e o esquecimento. Campinas: Unicamp, 2017.

RICOEUR, P. La memoire, l'histoire et l'oublic. Paris: Seuil, 2000.

RODRIGUES, J. C. Lévi-Strauss (1908-2009). In: ROCHA, E.; FRID, M. Os antropólogos. De Edward Tylor a Pierre Clastres. Rio de Janeiro: PUC, 2015.

STAROBINSKI, J. 1789: Os emblemas da razão. São Paulo: Cia. Das Letras, 1988.